



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar os apoios às pequenas e médias empresas, com vista à sua sobrevivência

O mês de Junho, altura em que se inicia o prazo de utilização da Terceira ronda do Plano de benefícios de consumo por meio electrónico para combate à epidemia, está a chegar, e crê-se que isto vai dinamizar o mercado e estimular a procura interna. Contudo, a situação epidémica, quer no País quer no exterior, encontra-se incerta, e o número de turistas que visitam Macau está instável, o que faz com que os negócios das pequenas e médias empresas (PME) sejam nem bons nem maus, e muitas delas estão com grande pressão na exploração.

No passado, o Governo da RAEM implementou várias políticas de apoio, designadamente, o Plano de apoio às pequenas e médias empresas, o Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas, e o Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas destinados a projectos específicos. Devido ao surto da epidemia em 2020, os requisitos de candidatura do Plano de apoio às pequenas e médias empresas foram temporariamente relaxados, e o Plano de bonificação de juros de créditos bancários para as pequenas e médias empresas também começou a aceitar candidaturas. Em Outubro do ano passado, o Governo implementou oito medidas de apoio às PME, incluindo a reabertura temporária do Plano de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

bonificação de juros de créditos bancários para as pequenas e médias empresas, a nova liberalização temporária das exigências do Plano de apoio às pequenas e médias empresas, o ajustamento dos empréstimos isentos de juros e a promoção junto dos bancos para aliviar o reembolso por parte das empresas, etc., por forma a resolver as necessidades prementes das PME.

Desde o surto da epidemia, muitas PME têm-se esforçado por manter as suas actividades e, através das políticas de apoio e de empréstimos lançadas pelo Governo, e após a atenuação da situação epidémica, espera-se que o número de turistas possa aumentar, os negócios possam melhorar e as empresas consigam sobreviver. Porém, a epidemia ainda não acabou e os negócios ainda não estão bons, o que faz com que as PME estejam a ficar no meio, entre a sua insistência e o seu encerramento, traduzindo-se num dilema para as mesmas.

Assim sendo, para ajudar as PME a sobreviver, garantir o emprego dos residentes e manter a estabilidade social, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em Outubro do ano passado, o Governo implementou oito medidas de apoio às PME, com vista a atenuar a sua pressão na exploração das actividades e as dificuldades dos seus trabalhadores. Perante a actual situação epidémica, em que a exploração de actividades fica difícil, o Governo deve considerar adoptar mais medidas de apoio às PME, formando um conjunto de apoio para ajudá-las a ultrapassarem as dificuldades e aliviar alguma pressão na procura de emprego. Vai fazê-lo? Devido à epidemia, algumas PME já não conseguem continuar as suas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

actividades, mas, uma vez estas encerradas, os apoios e subsídios já autorizados pelo Governo vão ser cancelados, e terão de devolver, no curto prazo, o montante dos subsídios que têm recebido, segundo as exigências dos planos requeridos. Neste momento, a economia está a piorar e algumas PME podem não conseguir, totalmente, liquidá-los, a curto prazo. O Governo deve, através de regulamento administrativo, definir um prazo mais flexível de reembolso dos empréstimos e negociar activamente com os empresários das PME que têm dificuldades de exploração, de maneira a prolongar o prazo de reembolso dos empréstimos, para aliviar as suas dificuldades. Vai fazê-lo?

2. O prazo de apoio do Plano de bonificação de juros de créditos bancários para as PME é, no máximo, de 3 anos, mas a situação epidémica já se arrasta há mais de dois anos e muitas PME ainda se debatem com dificuldades. Segundo alguns dados, muitas empresas optaram por “devolver apenas juros e não devolver o capital”, para aliviar a sua pressão em reembolsar os empréstimos. Acredita-se que muitas das empresas ainda queiram continuar as suas actividades. O Governo já procedeu a alguma estatística sobre a situação de reembolso de empréstimos por parte das PME que participaram neste plano? Tendo em conta a situação de reembolso de empréstimos por parte das PME, o Governo deve estudar a liberalização das condições para o acesso ao Plano de bonificação de juros de créditos bancários para as PME, com vista a prestar mais apoio às que têm dificuldades no reembolso dos empréstimos. Vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. Com base nas informações da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico de Macau, o número de pedidos e de casos aprovados no Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas e no Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas destinados a projectos específicos caiu a pique nos últimos três anos, isto é, entre 2020 e 2022, e, especialmente em 2022, o número de casos aprovados no Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas foi de zero, enquanto no Plano de garantia de créditos às pequenas e médias empresas destinados a projectos específicos não houve nenhum pedido. O Governo devia proceder a um estudo aprofundado sobre as razões que levaram à referida situação, ou seja, o número zero de pedidos e de casos aprovados em 2022. Já o fez? O número reduzido de participação por parte das PME nos referidos dois planos significa que apenas algumas das políticas de apoio conseguiram surtir efeitos. Então, como é que o Governo vai melhorar estes dois planos ou lançar novas políticas de apoio para fazer face à epidemia, a fim de prestar mais apoio às PME que insistem em lutar pela sua sobrevivência?

27 de Maio de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Ngan Iek Hang**